

► **Informações Básicas**

Texto do Discurso

A SRA. MARTHA ROCHA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Sr. Presidente em exercício, nosso querido Deputado Tio Carlos, e cumprimentar todos os meus companheiros desta Casa.

Um ano atrás, precisamente numa segunda-feira, nós estávamos aqui repetindo o ritual que hoje se instalou nesta Casa, o de receber o Sr. Governador Pezão, ritual que dá início à Legislatura. O Legislativo recebe o Chefe do Poder Executivo. Ele se dirige aos Parlamentares e apresenta o seu projeto de Governo para o ano que se inicia.

Como uma Parlamentar de primeiro mandato, e talvez por um vício de profissão, me detive atentamente a escutar com detalhes aquilo que nos trazia o Governador Pezão. Ao contrário do ano passado, o que pude perceber é que esse ano, ao receber o nosso Governador, encontrei um homem preocupado, um homem cansado, e posso dizer um político abatido. Isso é visível. É visível talvez, e com certeza, pela importância do seu cargo e pelo tamanho das suas preocupações.

Não há dúvida de que o Estado passa por uma crise, uma crise econômica. Não temos, a exemplo do que se tem no Governo Federal, uma crise política. O Governador Pezão encontrou, no ano de 2015, o apoio que se fazia necessário desta Casa. Se não fosse esta Casa, e que bom que o Governador Pezão foi capaz de reconhecer, e o fez em seu discurso de hoje, esta Casa deu ao Governador Pezão aquilo que se denomina como governabilidade. E, apesar dos mares revoltos, o Governador Pezão, e o Governo como um todo, conseguiu passar pelo ano de 2015.

Mas o final do ano de 2015 e o início do ano de 2016 nos assinalou o início de uma tempestade, sobretudo, Sr. Presidente, porque tivemos uma série de notícias que criou uma instabilidade no serviço público. As últimas Mensagens que recebemos aqui, uma delas foi a extinção de seis importantes fundações.

Tive a oportunidade de me dirigir, hoje, e o Deputado Tio Carlos e outros parlamentares estavam presentes, à reunião com a Presidência desta Casa em que ouvimos não só o presidente de algumas fundações, mas a representação dos servidores dessas seis fundações. Tivemos a oportunidade de ouvir o impacto que causou um Projeto de Lei que não entrou em pauta neste

Parlamento, para discussão, por um único motivo: porque o Governo não deu ao Parlamento as explicações que se faziam necessárias. Nós não conseguimos, diante daqueles esclarecimentos, saber até onde a extinção daquelas instituições eram verdadeiramente necessárias. Qual é o bem jurídico que queremos preservar? Qual o bem jurídico que queremos salvaguardar?

Tive a oportunidade de me referir à FIA, que é uma instituição que é também prestigiada pelo mandato do Presidente, Deputado Tio Carlos. Na FIA, hoje, observamos o incremento da atividade dos adolescentes infratores. Provavelmente, já há dados reais de que aquele que hoje está como infrator, anteriormente, foi cliente da FIA, era, sim, uma criança-vítima. É esse o resultado que queremos? É essa a escolha de Sofia que queremos fazer?

Tive a oportunidade de ouvir o Presidente da Fundação Santa Cabrini, na CPI da Violência contra a Mulher, e ouvi dele, por exemplo, que o corpo técnico de servidores efetivos da Fundação Santa Cabrini era inferior a trinta servidores. E aí, se reclamamos que a Fundação Santa Cabrini só pode, só consegue colocar atividade de trabalho, laborativa, para pouco mais de mil presos, mas, meu Deus, trinta servidores poderão fazer mais do que isso?

E aí, quando se estabelece uma negociação com a Secretaria de Planejamento, quando se precisa de um concurso público para 150 cargos e só se abre um concurso para 69 cargos, agora, no meio do ano, se fecha esse concurso, se conclui esse concurso e se vislumbra, no final do ano, a extinção dessa Fundação.

A sensação que me dá é que parece que esse Governo, que é o Governo que eu represento – e eu quero dizer que faço parte da base aliada, portanto, sinto-me autorizada a fazer as críticas, e acho que a base aliada deve ser a primeira a fazer as críticas –, parece que esses entes governamentais não conversam entre si. Ou seja, há uma negociação hercúlea para chegar a um número de 69 num concurso público, isso em meados do ano, e em novembro nós temos a decisão de extinguir a Fundação Santa Cabrini, a FIA, a Funarte, a Fundação da Pesca. E o Rio de Janeiro é a terceira costa brasileira. E temos que dizer que produzimos mais pescado do que carne bovina, produzimos mais pescado do que frango. Então, extinguir uma fundação vinculada à pesquisa na pesca é o mais interessante? É neste sentido que temos que avaliar.

E o que foi interessante dessa reunião? É porque mais uma vez foi firmado aqui o compromisso com os servidores de que esse Projeto só retorna à pauta efetivamente quando o Governo do Estado der os esclarecimentos que se fizerem necessários.

E naquele momento, naquela reunião, eu tive a oportunidade de externar ao nosso Presidente, o Deputado Picciani, a minha preocupação enquanto

servidora pública. Minha origem é a Polícia Civil, eu sou uma servidora pública por excelência. E eu tive a oportunidade de dizer que se instalou um pânico no serviço público. Os servidores públicos estão pedindo aposentadoria, sem mesmo saber o que vai acontecer. Pelo simples temor de que possam estar perdendo direitos, seja de integralidade, como é o caso dos policiais civis, a questão que atormenta as pensionistas e aos aposentados, a questão da paridade.

Já há um enorme boato no serviço público sobre a questão do abono permanência, porque há em sede de Congresso Nacional uma decisão de extinguir o abono permanência. E se isso ocorrer não há dúvida de que haverá uma aposentadoria em massa...Já estou concluindo, Presidente. E qual é a sabedoria dessa iniciativa? Me desculpem a minha parca inteligência, mas eu não consigo vislumbrar. Ou nós vamos dar um serviço ineficiente ou nós vamos ter que contratar outros servidores e fazer concurso para outros servidores.

Para terminar, eu quero me dirigir em particular para a classe policial. Sei da angústia dos policiais civis neste momento. Quero dizer a eles que tive a oportunidade no Projeto de Lei que veio relativo às pensões, e em particular a esse projeto, oferecer duas Emendas. Lembrando que essa regra matemática não pode ser utilizada com os policiais civis. Quero lembrar que um policial pode ter uma união estável com uma mulher e fazer um concurso para policial e um mês depois estar morto numa diligência no Morro do Chapadão, e uma situação, lamentavelmente, corriqueira na vida dos policiais. Por isso, tive a oportunidade, dei os esclarecimentos necessários aos policiais civis de oferecer duas emendas voltadas para a garantia da integralidade da paridade, lembrando que a Polícia Civil, todos na nossa categoria são policiais civis. A nossa classe, o caminho que damos na nossa carreira, não faz muita diferença, ou melhor, não faz nenhuma diferença ao nosso serviço se somos delegados ou se somos agentes. Então, que esse novo ano que se inicia, que será sem dúvida nenhuma, um ano de muito trabalho, de belas e importantes discussões, mas que seja sobretudo um ano de sabedoria, porque saber dizer não no frigor dos acontecimentos talvez seja o maior gesto de sabedoria.

Muito obrigada, Presidente.

Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/3366ccc6a4f1183a83257f4d0074e71b?OpenDocument&Highlight=0,pesca>